Vogais suplentes:

- 1.º Vogal — Márcio Ribeiro Nunes, Major;
2.º Vogal — Marco André Urbano Pinheiro, Capitão.

15 de março de 2019. — O Comandante-Geral, *Luis Francisco Botelho Miguel*, Tenente-General.

312148391

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Aviso n.º 5365/2019

Por despacho de 13-03-2018, de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, foi aplicada ao Agente Principal M/149039, Nuno Filipe Osório Duarte, a pena disciplinar de demissão, nos termos da competência que lhe é conferida pelo artigo 18.º e pelo Quadro Anexo B, ambos do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de fevereiro.

19-03-2019. — A Diretora do Gabinete de Deontologia e Disciplina, *Fernanda Laura Guerreiro Delca Portinha*.

312157196

ADMINISTRAÇÃO INTERNA E INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Gabinetes dos Secretários de Estado da Proteção Civil e Adjunto e das Comunicações

Despacho n.º 3458/2019

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2006, de 12 de junho, foi celebrado o contrato relativo à conceção, projeto, fornecimento, montagem, construção, gestão e manutenção do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal («Contrato SIRESP»), entre o Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna, como «Entidade Gestora», e a SIRESP — Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S. A. («SIRESP, S. A.»), como «Operadora», em 4 de julho de 2006, por um período de 15 anos.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2015, de 28 de dezembro, o Governo aprovou o primeiro aditamento ao Contrato, na sequência do procedimento de renegociação, procedendo-se à redução dos encargos públicos associados àquela parceria público-privada.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, no âmbito das medidas de suporte à eficácia do sistema de comunicações de emergência e, em especial, da sua capacidade operacional, determinou a avaliação das soluções tecnológicas para a continuidade dessas comunicações, bem como do modelo contratual, procedimento que se seguirá à avaliação das referidas soluções com a constituição de uma equipa de projeto, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

Considerando que o Contrato SIRESP cessa a sua vigência em 30 de junho de 2021, é essencial definir os termos em que serão asseguradas as comunicações de emergência a partir dessa data.

Assim, o Secretário de Estado da Proteção Civil, ao abrigo das competências delegadas pelo Despacho n.º 10328/2017, de 16 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 28 de novembro, e o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, no exercício das competências delegadas, determinam o seguinte:

1 — É criado o Grupo de Trabalho para apresentar as soluções tecnológicas para as comunicações de emergência em Portugal, a partir de 1 de julho de 2021.

2 — O Grupo de Trabalho tem por missão:

- a) Definição da tecnologia que deverá suportar a rede de comunicações de emergência em Portugal a partir de 1 de julho de 2021, incluindo as necessárias redundâncias e a apresentação da respetiva estimativa de encargos;
b) Definição, do ponto de vista técnico, do modelo de desenvolvimento e gestão das comunicações de emergência;
c) Definição do modelo de transição do SIRESP para as soluções tecnológicas propostas, incluindo a estimativa dos encargos inerentes.

3 — O Grupo de Trabalho de Trabalho tem a seguinte constituição:

- a) O Professor Doutor Carlos Salema, que preside;
b) Um representante da área governativa da administração interna, designado pelo Secretário de Estado da Proteção Civil;
c) Um representante da Secretaria-Geral da Administração Interna (SGAI);
d) Um representante da Autoridade Nacional de Comunicações (ICP — ANACOM);
e) Um especialista indicado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;
f) Um especialista indicado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

4 — O Grupo de Trabalho poderá convidar a participar nos trabalhos outras personalidades ou entidades com reconhecido mérito nas matérias em apreço, bem como promover consultas a entidades externas, sempre que tal se mostre conveniente para o desenvolvimento dos trabalhos.

5 — Os elementos do Grupo de Trabalho são designados no prazo de 5 dias após a publicação do presente despacho.

6 — O apoio logístico e administrativo ao funcionamento do Grupo de Trabalho é assegurado pela Secretaria-Geral da Administração Interna.

7 — O Grupo de Trabalho deve apresentar o respetivo relatório até ao dia 15 de maio de 2019.

8 — A atividade dos membros do Grupo de Trabalho não é remunerada.

9 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

21 de março de 2019. — O Secretário de Estado da Proteção Civil, *José Artur Tavares Neves*. — O Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, *Alberto Afonso Souto de Miranda*.

312166187

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 3459/2019

1 — Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, e no uso da competência conferida pela Senhora Ministra da Justiça (Despacho n.º 77/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 13, de 20 de janeiro), designo, mediante proposta do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em regime de comissão de serviço e por um período de três anos, para o cargo de Diretora da Delegação Regional de Reinserção do Centro, a mestre Maria Esmeralda de Brito Pereira Coelho, que reúne os requisitos de competência técnica, aptidão e experiência profissional legalmente exigidos, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Esta designação produz efeitos a 1 de março de 2019.

18 de março de 2019. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

ANEXO

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Maria Esmeralda de Brito Pereira Coelho
Naturalidade: Coimbra
Data de nascimento: 11.10.1960

Habilitações académicas:

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em 1983.

Mestre em Psicologia Clínica do Desenvolvimento, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em 1996.

Pós-graduada em Avaliação e Intervenção em Criminosos Jovens e Adultos, pelo UCAE — Colégio Universitário de Altos Estudos, em julho de 2007.